

INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO

CELSO FURTADO

INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

ENFOQUE HISTÓRICO-ESTRUTURAL



3^a

edição revista
pelo autor



PAZ E TERRA



INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO
ENFOQUE HISTÓRICO-ESTRUTURAL

Celso Furtado

3ª edição revista pelo autor



PAZ E TERRA

I

O DESENVOLVIMENTO: VISÃO GLOBAL

A idéia de progresso

As raízes da idéia de progresso podem ser detectadas em três correntes do pensamento europeu que assumem uma visão otimista da história a partir do século XVIII. A primeira delas se filia ao Iluminismo, que concebe a história como uma marcha *progressiva* para o racional. A segunda brota da idéia de *acumulação* de riqueza, na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem-estar. A terceira, enfim, surge com a concepção de que a expansão geográfica da influência européia significa para os demais povos da Terra, implicitamente considerados “retardados”, o acesso a uma forma superior de civilização.

A emergência, no século XVIII, de uma filosofia da história — visão secularizada do devir social — assume, principalmente na Alemanha, a forma da busca de um “sujeito” cuja essência se realizaria mediante o próprio processo histórico. As *faculdades*, atribuídas por Kant à consciência do sujeito transcendental, são o ponto de partida de uma visão globalizante da história, concebida como transformação do caos em ordem racional. Com Hegel a humanidade assume o papel do sujeito: entidade que se reproduz segundo uma lógica que aponta na direção do *progresso*. Essa visão otimista do processo histórico, que leva a antever um futuro possível sob a forma de uma sociedade mais produtiva e menos alienante, na qual as contradições do presente são superadas, induz a buscar um agente privilegiado, vetor

do progresso — a classe operária, o empresário, a nação, o Estado —, “negatividade” capaz de aprofundar as contradições e precipitar a eclosão do futuro.

Cinco anos antes da publicação da *Crítica da razão pura*, circulara *A riqueza das Nações*, livro no qual Adam Smith pretende demonstrar que a busca do interesse individual é a mola propulsora do bem-estar coletivo. A harmonia que Kant pretende descobrir nas faculdades heterogêneas do espírito humano sob a forma de *senso comum*, em Adam Smith aparece na ordem social como obra de uma mão invisível. Mas essa harmonia social pressupõe certo quadro institucional. A riqueza de que se apropriava o barão feudal, nos lembra Smith, era de escassa valia para a coletividade, posto que despendida com comensais ou esterilizada. Somente ali onde os homens são livres para transacionar entre si em função dos próprios interesses, e ali onde são mínimos os obstáculos à circulação de pessoas e bens e ao exercício da iniciativa individual, emerge a referida harmonia. O progresso, portanto, não surge necessariamente da “lógica da história”, mas está inscrito no horizonte de possibilidades do homem, e o caminho para alcançá-lo é perceptível pelo sentido comum. Tudo se resume em dotar a sociedade de instituições que possibilitem ao indivíduo realizar plenamente suas potencialidades.

No quadro do mercantilismo e do Pacto Colonial, o comércio era considerado pelos europeus ato de império, inseparável, portanto, do poder das nações que o praticavam. Essa doutrina seria demolida a partir de meados do século XVIII e progressivamente substituída pelas idéias liberais na primeira metade do século XIX. Como não perceber, dizem os liberais, que a especialização entre países permite levar ainda mais longe a divisão social do trabalho, cujos efeitos positivos sobre a produtividade são notórios em todos os países? O intercâmbio internacional conduz, segundo essa doutrina, a uma melhor utilização dos recursos produtivos em cada país e põe em marcha um processo graças ao qual todos os países dele participantes têm acesso aos frutos dos aumentos de produtividade que ele mesmo gera. Um dos corolários dessa doutrina era que as economias da Europa, ao forçarem outros povos a integrar-se em suas linhas de comércio, cumpriam uma missão *civilizadora*, contribuindo para libertá-los do peso de tradições obscurantistas.

Difusão social da racionalidade instrumental

Se o pensamento europeu encaminhou-se por distintas vias para produzir uma visão otimista da história — visão que encontrava a sua síntese na idéia de progresso —, a realidade social da época estava longe de ser confortante. É verdade que a ascensão do capitalismo comercial, que se vinha prolongando pelos séculos anteriores, não chegara a afetar de forma significativa a organização da produção. Produtos originários da agricultura senhorial, de manufaturas corporativas e, ocasionalmente, de economias coloniais penetravam nos circuitos comerciais e reforçavam o poder financeiro de uma classe burguesa cuja presença na esfera política se ia fazendo cada vez mais sensível. A apropriação do excedente social continuava a refletir a relação de forças da classe burguesa (controladora dos canais comerciais) com os proprietários de terras, com os dirigentes das corporações de ofício e subcontratistas da produção. Mas mudanças fundamentais na organização da produção e na estrutura social começam a produzir-se com frequência crescente, à medida que as estruturas tradicionais de dominação são desmanteladas (caso das corporações) ou metamorfoseadas em elementos passivos (caso dos senhores das terras transformados em rentistas).

O processo de emergência de novas estruturas de dominação social deriva de que as relações mercantis, antes circunscritas ao intercâmbio de produtos finais ou semifinais, tendem a verticalizar-se: a penetrar na estrutura da produção, vale dizer, a transformar os ingredientes da produção em mercadorias. Tanto a terra quanto a capacidade do homem para produzir trabalho passam a ser vistas do ângulo de seu valor de troca, como objetos de transações mercantis. As conseqüências desse processo que conduz do capitalismo comercial ao industrial foram de duas ordens principais. Por um lado, abrem-se novas e consideráveis possibilidades à divisão social do trabalho, particularmente no setor manufatureiro: a especialização do produto ou de uma fase importante da produção — a pressão das corporações se exercia no sentido da integração vertical da produção — seria substituída pela divisão do trabalho em tarefas simples, o que ampliava a possibilidade do uso de instrumentos. Por outro, o principal interlocutor do capitalista deixa de ser um membro da estrutura de dominação social, ou uma entidade com direitos inalienáveis, para ser um trabalhador isolado, facilmente substituível em razão da simplicidade da tarefa que realiza.

A penetração dos critérios mercantis na organização da produção não é outra coisa senão a ampliação do espaço social submetido à racionalidade instrumental. O capitalista, que antes tratava com senhores de terras, com corporações detentoras de privilégios e entidades similares, passa a lidar com “elementos da produção”, passíveis de serem visualizados abstratamente, comparados, reduzidos a um denominador comum, submetidos ao cálculo. A partir desse momento, a “esfera das atividades econômicas” poderá ser concebida isoladamente das demais atividades sociais. A concepção do econômico como uma esfera autônoma reflete a visão que tem o capitalista da realidade social, e essa visão se contrapõe à hierárquica tradicional, voltada para a perpetuação de certos privilégios. Contudo, o avanço da “racionalidade” é inseparável da ampliação da área das relações sociais submetida aos critérios da organização mercantil.

Independentemente de outras considerações que sobre este ponto se possam fazer, cabe assinalar que a crescente subordinação do processo social aos critérios da racionalidade instrumental teria de acarretar modificações em profundidade na organização social. Na agricultura isso levaria ao despovoamento de zonas rurais e ao deslocamento de populações para as cidades ou para novas zonas de colonização, inclusive em outros continentes. A revolução dos preços, provocada pela maior eficiência da maquinofatura, apressaria o desmoronamento das organizações artesanais em regiões em que não havia condições para a criação de formas alternativas de emprego.

Dessa forma, ao acelerar-se a acumulação com a penetração progressiva das relações mercantis na organização da produção, as estruturas sociais entram em rápida transformação. Algumas das manifestações dessa transformação — urbanização caótica, desorganização da vida comunitária, desemprego em massa, redução do homem, inclusive de menores, a simples força de trabalho — causaram fundo mal-estar nos contemporâneos. Explica-se, assim, a visão pessimista dos economistas da primeira metade do século XIX com respeito ao devir do capitalismo. Contudo, essa visão pessimista se traduziu em crítica, não ao capitalismo e sim àqueles que se imaginava podiam obstaculizar a aceleração da acumulação: os operários, que começavam a organizar-se para exigir melhores condições de vida, e os senhores feudais, que canalizavam para um consumo conspícuo os benefícios advindos da pressão gerada pelo crescimento demográfico no sentido de elevação da

renda da terra. Em face do dinamismo demográfico que se seguiu à rápida urbanização, o “princípio de população” formulado por Malthus parecia, aos economistas da época, irretorquível: toda elevação do salário real seria anulada pelo crescimento demográfico que ela mesma engendrava. Por outro lado, a lei dos rendimentos decrescentes, que prevalecia na agricultura, e a pressão para elevar a renda da terra, que acompanhava a expansão agrícola em terras de qualidade inferior, operavam de forma convergente para reduzir o potencial de investimento, freando a capacidade do sistema para criar emprego.

Essa idéia de que o sistema capitalista estaria permanentemente ameaçado de soçobrar, aumentando as faixas de misérias na sociedade, por insuficiência de acumulação, serviria para justificar a forte concentração da renda que então ocorria e que viria a caracterizá-lo definitivamente. É certo que Karl Marx, longe de inferir conclusões pessimistas dessa ameaça de crise, aí descobre uma clara indicação de que as “contradições internas” do sistema capitalista tendiam necessariamente a agravar-se. Na linha do pensamento hegeliano, tais contradições eram vistas como sinais anunciadores de uma forma superior de sociedade, mais produtiva e menos alienante, em estado de gestação. Mas também é verdade que os próprios críticos do capitalismo contribuíram para manter, na fase em que maior foi o custo social do processo de acumulação, a visão herdada do século anterior, a qual levava a identificar nesse esforço de acumulação o caminho de acesso a formas superiores de vida. Os sacrifícios impostos à população seriam apenas as “dores do parto” de um mundo melhor.

A tecnologia na reprodução da sociedade capitalista

Ao identificarem acumulação com um fundo de salários, ou seja, com um estoque de bens de consumo corrente, e ao pretenderem medi-la em unidades homogêneas de *trabalho simples*, os economistas clássicos tornaram ainda mais difícil a compreensão do papel da evolução da técnica na sociedade capitalista. O avanço das técnicas tendeu a ser visto como um meio de contornar a escassez de um *fator de produção*, no nível de uma unidade produtiva. Essa visão microeconômica da técnica pelo prisma do agenciamento dos ingredientes da produção (recursos naturais, trabalho e capital) está na origem de muitas das difi-

culdades com que se depararão os economistas para adotarem um enfoque dinâmico dos processos econômicos e nestes perceberem algo mais do que uma simples seqüência de situações estáticas. Muitas das manifestações mais significativas do que chamamos progresso técnico — maior eficiência no uso de recursos não-renováveis, efeitos de escala, economias externas, certas modificações na posição competitiva exterior, modificações no comportamento da demanda resultantes da introdução de novos produtos etc. — somente podem ser captadas plenamente mediante uma visão global do sistema social, o que inclui a percepção das relações deste com o meio físico que ele controla e com o exterior.

Progresso técnico é, em realidade, uma expressão vaga que, no seu uso corrente, cobre o conjunto das transformações sociais que possibilitam a persistência do processo de acumulação, por conseguinte a reprodução da sociedade capitalista. À primeira vista, acumular é simplesmente transferir para o futuro o uso final de recursos já disponíveis para o consumo. Mas ocorre que, na sociedade capitalista, a esse ato de “renúncia” corresponde uma remuneração, a qual somente se efetivará se os recursos acumulados assumirem a forma de capital. Prosseguir com a acumulação significa, portanto, encontrar as condições para metamorfosear recursos econômicos em capital. Visto de outro ângulo: a sociedade capitalista, para preservar suas características essenciais, necessita unir à capacidade de postergar o uso de uma parte dos recursos de que dispõe essa outra capacidade de transformar o que acumula em capital, vale dizer, em recursos remunerados. Isso somente ocorre se, no horizonte de possibilidades técnicas aberto à aplicação dos recursos que se estão acumulando, surgem respostas aos requerimentos da sociedade com respeito ao uso final da renda. Não é suficiente que exista progresso técnico. Este deve criar novo espaço para que a acumulação se faça sob a forma de criação de novo capital. Excluída a hipótese de uma prévia alteração na estrutura do sistema (tal uma modificação significativa na distribuição da riqueza e da renda), o processo de acumulação tende a satisfazer o projeto de utilização final da renda do conjunto da coletividade, projeto esse que reflete a relação de forças entre os grupos que compõem a referida coletividade. O progresso técnico, ao viabilizar a acumulação, está a serviço da realização desse projeto, por conseguinte da reprodução da sociedade, o que se deve entender como desdobramento de suas potencialidades, portanto em um sentido dinâmico.

Na ausência de modificações na disponibilidade de recursos naturais, na tecnologia e na composição da demanda final, a acumulação como formação de capital tende necessariamente a um ponto de saturação. Modificações na distribuição da renda no sentido igualitário podem abrir-lhe novos canais, mas não evitam que se tenda ao referido ponto de saturação. O mesmo se pode dizer com respeito à descoberta de recursos naturais de melhor qualidade ou mais abundantes, e também dos efeitos positivos da abertura de novas linhas de comércio exterior. Nada disso modifica o quadro básico que é o da tendência aos rendimentos decrescentes, à medida que o investimento se faça redundante. Chamamos de progresso técnico ao conjunto de fatores que modificam esse quadro básico. Trata-se, evidentemente, de modificações que dizem respeito ao conjunto do sistema, que concernem à sua morfogênese. Daí que não seja possível captar a natureza do problema se circunscrevemos o progresso técnico ao plano microeconômico, esvaziando-o de seu caráter social. Com efeito, o progresso técnico concebido pelo ângulo da adoção de métodos produtivos mais eficazes — na ausência da introdução de novos produtos, ou seja, de novos padrões de consumo — não seria suficiente para fundar o processo acumulativo tal qual este existe na sociedade capitalista. A partir de certo ponto, a acumulação somente se manteria mediante a diminuição das desigualdades sociais ou a redução da utilização da força de trabalho, o que não se faria sem amplas modificações sociais. Por outro lado, a acumulação que se apóia na simples introdução de novos produtos (outra visão microeconômica do progresso técnico), sem que se modifique a eficiência dos processos produtivos, quando isso seja tecnicamente possível, requererá crescentes desigualdades sociais. Dessa forma, por trás do que chamamos de progresso técnico enfileiram-se complexas modificações sociais, cuja lógica devemos tentar compreender como passo preliminar em todo estudo do desenvolvimento.

A sociedade capitalista, a que devemos o tipo de civilização material que hoje predomina em quase todo o planeta, reproduz-se pondo em marcha um processo de formação de capital que historicamente foi mais rápido do que o crescimento demográfico. Não é o caso de indagar neste momento as razões históricas que estão por trás dessa forma de dinamismo, bastando lembrar o que dissemos sobre o desmantelamento das formas tradicionais de controle social, ocorrido no período em que teve lugar a aceleração da acumulação, e referir a posição hege-

mônica das economias em industrialização na fase de implantação do sistema de divisão internacional do trabalho. O certo é que, estabelecido certo padrão de apropriação do produto social, o comportamento das classes dominantes orientou-se no sentido de preservá-lo, o que por sua vez exigiu que fosse mantido um esforço mínimo de formação de capital.

Com efeito, os que controlam as posições estratégicas na sociedade capitalista orientam-se naturalmente pelo propósito de conservar os privilégios de que desfrutam na apropriação do produto social. Ao fazê-lo, põem em marcha um processo intenso de acumulação, dando origem a uma demanda de mão-de-obra que tende a superar o crescimento demográfico. Se na fase inicial — quando se desmantelaram as estruturas artesanais — o processo de acumulação realizou-se em condições de oferta elástica de mão-de-obra, com o tempo ele teria de enfrentar crescente rigidez dessa oferta, requerendo traslados de populações, ativação do potencial de trabalho feminino etc. A reprodução da economia capitalista não é concebível, nem mesmo teoricamente, sem modificações nas estruturas sociais. Com efeito, se supomos a hipótese de um crescimento do produto similar ao da população — a acumulação seria apenas suficiente para absorver o aumento vegetativo da força de trabalho — temos conseqüentemente de admitir a redução da participação dos lucros no produto e/ou o aumento relativo do consumo dos rentistas. Ora, qualquer dessas saídas seria incompatível com o caráter competitivo da sociedade capitalista.

A saída encontrada para a superação duradoura das tensões sociais inerentes à reprodução da sociedade capitalista consistiu na orientação do progresso técnico no sentido de compensar a rigidez potencial da oferta de mão-de-obra. Aqueles que pretenderam descobrir na lógica do capitalismo uma tendência inexorável ao estado estacionário ou à agravação dos antagonismos sociais — portanto uma tendência a autodestruir-se — subestimaram as potencialidades da tecnologia como instrumento de poder. Os agentes que dirigem ou controlam as atividades econômicas na sociedade capitalista raramente estão articulados em função de objetivos preestabelecidos. Na realidade, eles competem e disputam entre si um espaço, alimentando assim o processo de acumulação que é responsável, em última instância, pela pressão no sentido de aumento da participação do trabalho na apropriação do produto social. Portanto, ao competirem entre si, tais elementos desen-

cadeiam forças que operam para reduzir o espaço que eles mesmos disputam. Essa situação favorece sobretudo os agentes que inovam visando economizar mão-de-obra, cuja ação provoca a obsolescência de equipamentos em pleno uso.

Das tensões referidas e do permanente esforço para superá-las surgem as transformações sociais que caracterizam a evolução da sociedade capitalista. A forte acumulação, por um lado, e, por outro, a concentração industrial e financeira — causadas pela busca dos efeitos de escala e de conglomeração — operam no sentido de transformar o trabalhador individual em elemento de agrupamentos sociais estruturados, dando origem a novas formas de poder, o que facilita a transferência para o plano político da abordagem dos conflitos sociais. Dessa forma, o particular dinamismo da sociedade capitalista tem sua causa primária no fato de que a reprodução da estrutura de privilégios que lhe é inerente apóia-se na inovação técnica. Em outras palavras: porque assegura a reprodução dos privilégios, o avanço da técnica encontra nesse tipo de sociedade todas as facilidades para efetivar-se. Mas a absorção do progresso técnico em uma sociedade competitiva implica forte acumulação, e esta, *per se*, engendra pressões sociais no sentido de redução das desigualdades. Assim, a ação conjugada da inovação técnica e da acumulação concilia a reprodução dos privilégios com a permanência das forças sociais que os contestam.

Sempre que a economia capitalista logra manter-se em expansão, as expectativas dos agentes com interesses antagônicos podem ser satisfeitas: os salários reais crescem e a participação no produto social dos capitalistas e outros grupos privilegiados tende a ser mantida. Ao observador que se detém na aparência, apresenta-se um quadro de conflitos de classe e de antagonismos entre elementos de uma mesma classe. Como a acumulação e a penetração do progresso técnico acarretam modificações incessantes nos preços relativos, precipitam a obsolescência de instalações, eliminam continuamente produtos dos mercados, alteram a distribuição da renda no espaço e no tempo, concentram o poder econômico etc.; o quadro é de extraordinária mutabilidade e, visto de certo ângulo, aparenta ser mesmo caótico. Mas observando-o de uma perspectiva ampla, logo se constata que é graças a essa mutabilidade (Marx pretendeu descobrir aí uma “anarquia”) que a sociedade capitalista reproduz-se preservando o essencial de sua estrutura de classes.

Esse aspecto inelutável de uma intensa acumulação está na origem da instabilidade característica da economia capitalista. À falta de uma teoria da acumulação deve-se atribuir o fato de que a ciência econômica, longe de evoluir para uma explicação dos processos sociais globais, haja tendido a restringir o seu campo de observação, limitando-se a estudar a racionalidade de agentes visualizados isoladamente. Os economistas neoclássicos viram nessa instabilidade o reflexo de “ajustamentos”, ou seja, de oscilações em torno de uma “posição de equilíbrio”, a qual, entretanto, somente poderia ser definida com rigor no pressuposto da ausência de acumulação. Com efeito, para abstrair o fato econômico de seu contexto social global é mister circunscrever-se a uma análise estritamente sincrônica, ou à hipótese de uma acumulação desvinculada das estruturas sociais. Keynes, fiel à tradição de uma economia pura, adotou um enfoque estático, que o foi apenas na aparência. Seus discípulos logo perceberam que a congruência do papel paramétrico do estoque de capital com um fluxo de investimento líquido somente era obtida se se restringia a análise à consideração de situações de subemprego. No plano macroeconômico, investimento líquido significa necessariamente acumulação.

Os *modelos de crescimento* em que se traduziu grande parte do trabalho de construção teórica dos economistas nos últimos decênios são um subproduto das tentativas de dinamização do modelo keynesiano. O essencial desse trabalho orientou-se em duas direções: na de reencontro com a tradição clássica, ligada a um esquema de distribuição da renda de raízes institucionais, e na de retomada da tradição neoclássica, com base no conceito de função de produção de coeficientes variáveis, relacionando a remuneração dos fatores com suas produtividades marginais respectivas. Esse esforço de teorização resultou ser de escassa significação para o avanço das idéias sobre desenvolvimento. Contudo, ele constituiu o ponto de partida de importantes avanços na análise macroeconômica e permitiu fundar sobre bases mais sólidas a política econômica, quando esta não tem em vista mudanças estruturais de relevância. A incapacidade dos modelos de crescimento para captar as transformações estruturais — isto é, a interação do “econômico” com o não-econômico —, e para registrar as complexas reações que ocorrem nas fronteiras do sistema econômico — relações com outros sistemas econômicos e com o ecossistema —, deriva da forma mesma como é apreendida a realidade econômica que lhes é subjacente. Quanto mais

sofisticados, mais afastados se encontram tais modelos do caráter multidimensional da realidade social. A isso se deve atribuir o fato de que importantes transformações causadas pela aceleração da acumulação nos últimos decênios — inclusive a emergência das estruturas transnacionais, de crescente importância na orientação dos investimentos, na criação de liquidez e na distribuição geográfica do produto —, hajam ocorrido sem que os teóricos do crescimento tenham captado seus reflexos no comportamento dos sistemas econômicos nacionais. A incapacidade que manifestam atualmente os governos das grandes nações capitalistas para conciliar seus respectivos objetivos de política econômica resulta em parte significativa da orientação assumida pela teoria do crescimento econômico e de sua considerável influência na teoria da política econômica.

IV

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A idéia corrente de desenvolvimento refere-se a um processo de transformação — no sentido morfogênico de adoção de formas que não são um simples desdobramento das preexistentes — que engloba o conjunto de uma sociedade. Essa transformação está ligada à introdução de métodos produtivos mais eficazes e se manifesta na forma de aumento do fluxo de bens e serviços finais à disposição da coletividade. Assim, a idéia de desenvolvimento articula-se, numa direção, com o conceito de eficiência, e noutra, com o de riqueza. A formas mais racionais de comportamento corresponde uma satisfação mais plena das necessidades humanas.

O ponto de partida da reflexão sobre o desenvolvimento é a apreensão da realidade social; mais precisamente, a identificação das entidades que assumem as novas formas. Essa realidade é apreendida, por um lado, como algo *estruturado* e, por outro, desdobrando-se no tempo, vale dizer, como um *processo*.

A idéia de *estrutura* é o ponto de partida para a apreensão de um todo, ou totalidade, cuja forma pode ser descrita mediante regras que traduzem relações entre partes desse todo. Tais regras combinatórias são em número finito e derivam-se da observação de morfologias elementares. Aprender o todo não é outra coisa senão identificar as simetrias que estão implícitas em sua forma. A estrutura descreve essa forma como um conjunto coerente de relações estáveis entre elementos do todo. É corrente que tais relações sejam formalizadas em um sistema de equações, como ocorre no caso da matriz de *input-output* de Leontieff. Assim, o conjunto de relações estáveis entre um vetor de meios de pro-

dução e outro de produtos finais — um conjunto de coeficientes técnicos — é a estrutura mais simples com que opera o economista. Convém não perder de vista que uma estrutura não é mais do que uma das descrições possíveis da forma de um todo, descrição que projeta luz sobre certos aspectos particulares, deixando outros na sombra.

Se as relações estáveis são projetadas no tempo, isto é, como uma seqüência de fatos, configura-se a idéia de *causalidade*, graças à qual a realidade social pode ser apreendida como *um processo*.

A *função de produção* é a expressão formalizada das relações estáveis entre meios de produção e o fruto desta, sendo a matriz de Leontieff apenas um caso especial desse tipo de formalização. A análise econômica corrente baseia-se em derivações, com respeito ao tempo, dessa função. Obtém-se, assim, uma descrição do processo da produção na forma de um sistema de equações diferenciais. O princípio de causalidade implícito nesse tipo de formalização é inseparável da idéia de tempo cosmológico, tempo este que pode ser apreendido globalmente tanto com respeito ao passado como ao futuro. Apreender o comportamento do sistema solar — para isso são suficientes as noções de estrutura e de causalidade — é abarcá-lo em suas dimensões passado e futuro. Na apreensão da realidade social essas noções básicas são fundamentais, mas estão longe de ser suficientes. O futuro, neste caso, não pode ser derivado da informação contida na estrutura e nas relações de causalidade comprovadas pela experiência passada. O homem, atuando individual ou coletivamente, é um agente ativo: seu comportamento inclui um elemento de intencionalidade que pode ser determinante. Poder romper com o passado é exatamente sua especificidade. É porque o homem é um agente criador que o desenvolvimento significa a gênese de formas sociais efetivamente novas. Entre o futuro e o passado social existe uma descontinuidade que é incompatível com a idéia de tempo cosmológico, o que limita a significação das formalizações correntes e coloca as ciências sociais num plano epistemológico irreduzível ao das ciências da natureza.

O conceito de *inovação* permite abordar de um outro ângulo esse problema da natureza do tempo histórico. O comportamento racional do homem tem sua origem na prática da produção dos meios de subsistência. Essa prática conduz o homem a fixar-se objetivos e a adequar meios para a consecução deles. Apreender a existência de relações estáveis entre os fins e os meios da ação é a base em que se funda o com-

portamento racional. Traduzir essa percepção em regras, em informação transferível mediante símbolos, é criar uma *técnica*. Portanto, a técnica é uma forma de ação programada em um código. Seu ponto de partida é a ação, vale dizer, o esforço orientado para lograr fins preestabelecidos. O comportamento é tanto mais *racional* quanto mais facilmente se obtêm os fins almejados, dados os meios disponíveis. Assim, comportamento racional corresponde a comportamento eficiente, e maior eficiência significa progresso técnico. Ora, o progresso técnico é fruto da criatividade humana, da faculdade do homem para inovar. Portanto, o que cria o *desenvolvimento* é essa faculdade que possibilita o avanço da racionalidade no comportamento.

É nesse sentido que a idéia de desenvolvimento se liga intimamente à de eficiência, de maior racionalidade no comportamento humano, sendo a técnica um simples complemento dos meios naturais de que dispõe o homem para agir.

Mas como ignorar que a racionalidade somente pode ser apreendida a partir de uma prévia percepção dos fins que se propõe o homem na ação? Ora, a *inovação* também pode ocorrer na própria esfera dos fins que persegue o homem, individual ou coletivamente. Nesse caso, o conceito de eficiência já não tem aplicação. As relações entre fins e meios são certamente mais complexas do que parecem à primeira vista. Meios de transporte mais eficazes também são definidos como maiores possibilidades de viajar, o que pode ser considerado um fim em si mesmo; meios mais eficazes de controle das enfermidades contagiosas são equivalentes a maior expectativa de vida de uma população etc. Contudo, é importante estabelecer a diferença entre os dois planos em que se exerce a criatividade humana. Enquanto a criatividade com respeito aos meios deriva diretamente da ação, a invenção daquilo que para o homem são os objetivos mesmos da vida deita raízes em todos os vãos da personalidade humana. Está ligada à visão interior que os seres humanos têm de si mesmos, visão que alimenta a criatividade artística, a meditação mística, a busca de conhecimento como um fim em si mesmo. Por que a criatividade se exerce de preferência em um ou outro planos, é questão para a qual não existe resposta simples. Contudo, parece não haver dúvida de que nos últimos dois séculos a criatividade humana tem sido principalmente canalizada para a inovação técnica. No que respeita à visão do mundo e aos objetivos que se propõe na vida, o homem contemporâneo é essencialmente tributário de uma herança cultural.

É a inovação na esfera dos fins que nos impede de apreender a realidade social com base no conceito de tempo cosmológico. A morfogênese social traduz, por um lado, a invenção de novos valores substantivos e, por outro, a ampliação do horizonte de possibilidades com respeito a valores já conhecidos, conseqüência do avanço das técnicas. A mutabilidade dos fins engendra a descontinuidade entre futuro e passado.

Os fins que persegue o homem estruturam-se em um sistema de valores, o qual dá coerência às suas distintas formas de ação. A experiência religiosa, como a estética, são fins em si mesmas. Para alcançá-las o homem inventa miríades de meios que devem ser compatibilizados. A invenção de um novo estilo de pintura como o impressionismo abre um novo campo à experiência estética, o que pode ser assimilado a uma ampliação das possibilidades humanas. Cresce, assim, o espaço em que se estruturam as distintas formas de atividade, inclusive as econômicas.

Mas não se deve imaginar que a atividade criadora no plano dos valores é simples fruto do acaso. Para entender o processo de inovação em uma cultura necessitamos inserir os agentes da criatividade nas estruturas sociais. Como compreender os monumentos, as obras de prestígio, as indumentárias decorativas que absorveram grande parte da atividade criativa em tantas culturas sem ter em conta a necessidade de legitimação dos sistemas de poder?

A atividade econômica não se organiza a partir de um quadro de *necessidades humanas* previamente identificadas e objetivamente ponderadas, como supunham os economistas clássicos. Em toda atividade econômica entra um ingrediente técnico, e a técnica, ela mesma fruto da criatividade, não pode ser reduzida a unidades de esforço físico. Se é possível assimilar esforço físico do homem a um fluxo de recursos homogêneos, a atividade inventiva implica necessariamente heterogeneidade, pois é fruto da intenção de modificar o que existe. E são aqueles que exercem poder que mais possibilidades têm de exercer essa opção.

Para agir com maior eficácia o homem dota-se de técnicas que, via de regra, ampliam sua capacidade operativa mediante o uso de instrumentos. Seja incorporando-se diretamente ao saber do homem, seja sob a forma de instrumentos, as técnicas somente se transmitem mediante um processo de *acumulação*. Portanto, o desenvolvimento da ca-

pacidade do homem para agir (e para produzir) funda-se num misto de inventividade e acumulação. O esforço acumulativo que realiza a sociedade tanto assume a forma de aperfeiçoamento do homem (neste caso considerado como um meio, ou recurso produtivo) como de aparelhamento desse mesmo homem: fabricação de instrumentos de trabalho, de estruturas para acolher esses instrumentos, instalação de plantações agrícolas, de meios de acesso a essas plantações etc.

Se se limita à difusão de técnicas já conhecidas e comprovadas, o desenvolvimento se confunde com a acumulação. Mas circunscrever o estudo do desenvolvimento à acumulação é perder de vista que as técnicas não são mais do que formas de comportamento cuja racionalidade não é independente de fins preestabelecidos. A substituição do cavalo pelo automóvel não é apenas uma evolução do sistema de transporte: é a transformação de um estilo de vida. Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse caso é uma forma de viver, o que implica a desarticulação do sistema de valores preexistente na sociedade receptora das novas técnicas.

A reflexão sobre o *desenvolvimento econômico* tem-se concentrado no estudo do processo acumulativo das forças produtivas. Ora, por trás dos indicadores quantitativos que preocupam o economista desdobra-se o vasto processo histórico de difusão da civilização industrial: a adoção por todos os povos da Terra do que se convencionou chamar de *padrões de modernidade*, ou seja, a forma de viver engendrada pela industrialização nos países que a lideram. Daí que o papel da criatividade no desenvolvimento haja perdido nitidez, bem como toda relação entre a acumulação e os valores que presidem a vida social. Essa simplificação oculta a existência de modos de desenvolvimento hegemônicos que monopolizam a inventividade dos fins em benefício de certos países.

Em uma primeira aproximação, a acumulação pode ser vista como resultado de toda decisão, relacionada com o uso do fruto do trabalho, na qual se privilegia o futuro com respeito ao presente. Constituir um estoque de víveres, liberando capacidade de trabalho no futuro, é a forma mais simples de acumulação. A capacidade de trabalho liberada abre um horizonte de opções à coletividade. A história nos ensina que entre essas opções encontram-se coisas tão distintas como fazer a guerra, construir templos, reunir comensais na mesa dos privilegiados. Aplicar essa capacidade de trabalho liberada no desenvolvimento

das forças produtivas também é uma opção. Assim, a acumulação é condição necessária mas não suficiente para obter o desenvolvimento das forças produtivas. Usar a acumulação para aumentar a eficácia do trabalho requer um prévio esforço de invenção ou o acesso a novas técnicas alhures inventadas. Portanto, o desenvolvimento é sempre tributário de uma atividade criadora.

Que condições são necessárias para que a acumulação ocorra em dada sociedade? A partir de que momento cabe falar em horizonte de opções? Qual o limite último do esforço de acumulação? Responder a essas questões é formular uma teoria do *excedente social*. Pouca dúvida pode haver de que os recursos *acumulados*, ou seja, cuja utilização final é transferida para o futuro, são aqueles que não são essenciais à imediata sobrevivência da coletividade. Mas se os padrões de consumo são desiguais entre os membros dessa coletividade, também é evidente que os recursos não essenciais têm múltiplas utilizações, sendo a acumulação no plano das forças produtivas apenas uma delas. Assim, a teoria do excedente liga-se à teoria da estratificação social e, por intermédio desta, ao estudo das formas de dominação que engendram as desigualdades na repartição do produto social, ou definem as opções a tomar na utilização do excedente.

A idéia de excedente surgiu originalmente com os fisiocratas que, pela metade do século XVIII, teorizavam sobre a apropriação do produto social numa economia essencialmente agrícola. Como as necessidades fundamentais da coletividade seriam satisfeitas mediante a utilização de produtos agrícolas, as atividades realizadas fora da agricultura lhes pareciam fundar-se numa acumulação prévia de produtos agrícolas. Essa acumulação seria o excedente agrícola, o qual tornava possível a existência do Estado e das classes ditas não produtivas. Os fisiocratas não ligaram a existência do excedente ao desenvolvimento das forças produtivas, mas compreenderam que a organização social tem suas raízes na apropriação e utilização final de um excedente extraído dos que realizam um trabalho produtivo.

Pode-se fundar a noção de excedente no fato de observação simples e universal de que a divisão social do trabalho aumenta a produtividade deste. Mesmo em níveis de diferenciação rudimentares, o todo social representa uma força produtiva maior do que a da soma de seus elementos concebidos isoladamente. Alcançada certa dimensão, as coletividades humanas produzem mais do que o estritamente neces-

sário para reproduzir-se. O intercâmbio entre comunidades, intensificando a especialização, criou possibilidades adicionais à divisão social do trabalho.

Contudo, a elevação da produtividade social do trabalho não seria condição suficiente para produzir o que chamamos de excedente. Com efeito, se os recursos adicionais são imediatamente utilizados para a satisfação de necessidades que os membros da coletividade consideram essenciais, não teria sentido falar de horizonte de opções. Estas surgem porque os sistemas de dominação social limitam a satisfação de necessidades básicas que a população considera como ainda não completamente satisfeitas. É a estratificação social que permite a emergência do excedente, ou seja, de recursos com usos alternativos, abrindo o caminho à acumulação. Portanto, os recursos que permitem o desenvolvimento das forças produtivas são os mesmos que tornam possível mobilizar a população para a guerra e que engendram as desigualdades sociais.

Se o excedente está na base de tudo que despende uma sociedade fora da satisfação de suas necessidades essenciais, o problema de como medi-lo limita-se à definição das referidas necessidades. É natural que essa definição não possa ser feita sem certa margem de arbítrio, pois, fora de limites muito estreitos, as necessidades humanas não possuem realidade objetiva independente de certo contexto cultural. Por toda parte é o sistema de dominação social que configura o perfil de distribuição da renda. Um elemento essencial desse perfil é a taxa de remuneração do trabalho não especializado, remuneração que é estabelecida institucionalmente em todas as sociedades modernas. Temos aí o limite além do qual não passa o esforço de extração do excedente. (A apropriação deste por distintos grupos sociais e sua destinação última constituem outras ordens de problemas.) Se estendemos ao conjunto da população o padrão de vida do trabalhador não especializado — tidas em conta as discrepâncias inter-regionais e rural-urbanas — obtemos o que se poderia chamar de *custo de reprodução da população* em determinada sociedade. Os demais recursos produzidos por essa sociedade integram o excedente.

Portanto, o que importa no conceito de excedente é a destinação final dos recursos, a qual está desligada da satisfação de necessidades básicas e se abre para um horizonte de opções. É porque o seu uso transcende as exigências básicas relacionadas com a reprodução da popula-

ção, em certo contexto cultural, que esses recursos podem ser considerados excedentários. Visto de outro ângulo, o uso desses recursos traduz o projeto de vida da coletividade, a soma de todas as opções tomadas pelos indivíduos e grupos que participam de uma ou outra forma do sistema de dominação social.

Uma visão inicial da aplicação do excedente nas sociedades modernas permite identificar três vertentes principais. A primeira e mais importante liga-se à reprodução das desigualdades sociais. A segunda orienta-se especificamente para o desenvolvimento das forças produtivas, independentemente dos fins a que estas se dedicam. Finalmente, a terceira se articula, de uma ou outra forma, com a estabilidade e a legitimação dos sistemas de dominação social. Mesmo nas sociedades mais igualitárias, esses recursos representam em seu conjunto cerca de vez e meia o custo de reprodução da população respectiva.